



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

PARQUES NACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA (MS) E DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CANAÃ

National parks and its implications for rural settlements: the case of bodoquena mountain range national park (MS) and canaã settlement project

RESUMO

Objetivou-se, neste artigo, analisar as implicações sociais, econômicas e ambientais resultantes da criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, para a comunidade de assentados do Projeto de Assentamento Canaã, verificando-se empiricamente a ação da presença de uma unidade de conservação federal do porte de um Parque Nacional na dinâmica de um assentamento. Metodologicamente, o estudo baseou-se nas três dimensões do Desenvolvimento Sustentável propostos pela World Commission on Environmental Development - WCED: Sociedade, Economia e Meio Ambiente, desmembrados em fatores ou critérios de sustentabilidade. No transcorrer da análise, podem-se identificar elementos que apontam indícios de que houve implicações nas dimensões em análise, refletindo a necessidade de se implementar programas de educação ambiental e de incorporação de novas tecnologias de produção compatíveis com os objetivos de preservação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Márcio de Araújo Pereira
Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
marcioapereira@gmail.com

Cícero Antônio Oliveira Tredezini
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Economia e Administração
tredezini@uol.com.br

Recebido em 13/07/2009. Aprovado em 30/04/2013.
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Cristina Lelis Leal Calegario

ABSTRACT

This article has as objective to analyze the social, economic and environmental implications derived from the creation of the Bodoquena Mountain Range National Park for the settler's community of the Canaã Settlement, empirically verifying the action of a federal conservation unit such as a National Park in the dynamics of a settlement. Methodologically, this study was based on the three dimensions of the Sustainable Development proposed by World Commission on Environmental Development - WCED: Society, Economy and Environment, fragmented in factors or criteria of sustainability. It can be identified on the development of the analysis, elements that points out implications occurrences in the analyzed dimensions, reflecting the necessity of implementing environmental educational programs and incorporation of new compatible technologies of production, according to the objectives of preservation of the Bodoquena Mountain Range National Park.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, agricultura familiar, unidades de conservação, parques nacionais, desenvolvimento sustentável.

Keywords: Rural settlements, family agriculture, conservation units, national parks sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Os temas relativos ao meio ambiente têm sido amplamente debatidos e divulgados pelos meios de informação, sejam eles televisivos, digitais ou impressos, havendo uma constante disseminação de propostas, e às vezes pseudosoluções, que procuram opções de preservação e utilização “racional” dos recursos naturais do planeta. Entretanto, palavras ou ações inócuas, não são suficientes e muitas vezes comprometem ainda mais os sistemas naturais afetados pela influência ou ausência da presença humana.

A relação entre população e conservação da natureza tem sido marcada por problemas de diversas ordens e magnitudes (BRITO, 2003). O conflito em geral origina-se da ideia da existência de oposição entre homem e natureza (VIANNA; ADAMS; DIEGUES, 1994), baseando-se no princípio de que o predomínio do homem sobre o mundo natural e vegetal foi pré-condição básica da história humana (THOMAS, 1988). Essa visão antropocêntrica predominava entre filósofos e teólogos ingleses no início da era moderna, em que se definia a condição especial e superior do homem e justificava-se seu domínio sobre todas as criaturas. Somente nos séculos XVII e XVIII, quando os naturalistas

começaram a estudar a natureza em si e não mais em termos de suas analogias com o homem, que a visão antropocêntrica foi rebatida (BRITO, 2003).

Não há uma fórmula mágica ou um modelo seguro e preciso para todas as nações que possa garantir a preservação e conservação dos recursos naturais, mais ainda em nações com dimensões consideráveis (Brasil, por exemplo) onde há peculiaridades regionais que não permitem a adoção de um modelo único e imutável de proteção ambiental. Nesse sentido, ao tratar-se de proteção ambiental, evidenciam-se distintamente dois modelos globais, um baseado nos Parques Nacionais americanos, no qual a presença humana é sempre degradadora (adotado no Brasil), tendo como marco fundamental o conceito moderno de unidade de conservação (UC), surgido com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, nos EUA, em 1872. Segundo Diegues (1994), tal modelo configura-se em um conceito de unidade de conservação importado, que não deve ser aplicado ou transferido para países do terceiro mundo. Outro modelo desenvolveu-se na Europa, mais propriamente na França, configurando-se em um conceito de área natural protegida. Após milênios de colonização humana, muito pouco restou dos ambientes originais nesse continente, entretanto, a paisagem modificada ainda apresentava importantes atributos de beleza cênica, e estava sendo ameaçada pelo crescimento urbano e pela agricultura de larga escala.

Em ambas as iniciativas, Parques Nacionais e Naturais, pode-se perceber que a conservação da biodiversidade, como um objetivo *per se* não aparecia como motivação para a criação dessas primeiras modalidades de área protegida. Apenas a partir de meados do século XX, a conservação da biodiversidade tornou-se um objetivo explícito das unidades de conservação (SILVA, 2001).

Portanto, partindo-se da compreensão da origem histórica da motivação da criação de unidades de conservação e da relação entre população e conservação da natureza, neste estudo confrontam-se interesses humanos de sobrevivência e subsistência com os interesses de preservação e conservação dos recursos naturais, evidenciados no estudo das implicações da implantação de uma unidade de conservação em uma área tradicionalmente ocupada por agricultores familiares habituados a extrair da natureza todos os recursos possíveis para sua subsistência, sem medir os efeitos imediatos e futuros. O caso do Parque Nacional da Serra da Serra da Bodoquena e do Projeto de Assentamento Canaã evidencia as contradições institucionais no demorado processo de decisão da implantação do Parque e visível indecisão ao não se encontrarem soluções rápidas

e eficazes na realocação das famílias prejudicadas pela criação e implantação da unidade de conservação.

Teoricamente, a criação de uma unidade de conservação provoca nas regiões beneficiadas uma série de impactos, negativos ou positivos, afetando os municípios próximos, grandes e pequenos produtores rurais no entorno ou na própria área a ser regularizada, comunidades indígenas (se houver), comunidades de agricultores familiares organizados em assentamentos e outros tipos de comunidades (quilombolas, por exemplo). Entretanto, a criação de uma unidade de conservação determinada por um decreto lei federal não é garantia nem segurança completa de sua plena instalação. Sua condução exige mais do que estabelecimento de procedimentos e normas legais, requer também uma política de instalação e condução das áreas criadas visando à manutenção, de fato, dos recursos naturais a serem protegidos. Segundo Bacha (1992), destacam-se quatro grandes problemas na condução das UC's no Brasil: morosidade na delimitação e regularização, fiscalização deficitária da área legal e do entorno das unidades, predominância dos interesses econômicos sobre os de conservação e perda de área no processo de delimitação.

Outro problema advém das diversas regras legais impostas pelos parques, principalmente quando aplicadas conforme o modelo americano adotado pelo Brasil, o qual identifica o ser humano como inimigo, invasor e posseiro das áreas delimitadas como unidades de conservação. Segundo Viana, Adams e Diegues (1994), as populações, principalmente aquelas localizadas no interior das U.C's, são consideradas como empecilhos aos objetivos de conservação de natureza. Diegues e Nogara (1994) ainda alertam que as populações habitantes das unidades de conservação são tratadas como degradadoras e posseiras.

Neste contexto de incertezas a respeito da implantação das unidades de conservação no Brasil, encontra-se o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB). Criado em 21 de setembro de 2000, originalmente sob a égide do preservacionismo ambiental, há dúvidas sobre sua implantação e até que ponto, o Parque será efetivado como uma unidade de conservação nos moldes previstos pela UNEP (United Nation Environmental Program) e mesmo pela própria legislação brasileira. Ocorrem ainda dúvidas sobre os impactos nas comunidades, sejam elas urbanas ou rurais, afetadas pela criação do Parque Nacional e quais influências já ocorreram (se ocorreram) e que transformações podem ser esperadas. Mais ainda, indagam-se quais influências as populações locais têm sentido em decorrência da criação do Parque e

se há um confronto entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais, ou se todos são compatíveis.

Objetivou-se, principalmente, neste trabalho, apresentar as implicações sociais, econômicas e ambientais, identificadas a partir de um estudo de caso, resultantes da criação de uma unidade de conservação (Parque Nacional da Serra da Bodoquena), para uma comunidade de assentados (Projeto de Assentamento Canaã), verificando-se empiricamente a ação da presença de uma unidade de conservação federal do porte de um Parque Nacional na dinâmica de um assentamento, discutindo-se a relação do homem com a natureza e suas consequências positivas ou negativas.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A abordagem adotada foi classificada como quali-quantitativa, pois considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido somente em números (SILVA; MENEZES, 2001).

A parte quantitativa sistematizou dados socioeconômicos ambientais coletados através de um questionário elaborado com questões fechadas, abertas e de múltipla escolha, sendo respondido por 15 (quinze) famílias assentadas, extraídas de uma amostra aleatória de um universo de 178, atribuindo à pesquisa um percentual de 90% de confiança e erro de aproximadamente 19,5% (o assentamento é formado por 249 lotes, sendo 235 individuais e 14 comunitários), justificado o alto erro amostral pelos propósitos do estudo que se resumiram na captação de implicações suficientes para o estudo.

A parte qualitativa levantou histórias de vida em busca de possíveis indícios de implicações sociais, econômicas e ambientais a respeito do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB) e do Projeto de Assentamento Canaã, totalizando 19 pessoas consultadas, sendo ouvidas histórias e comentários dos 15 assentados selecionados pela amostra, acrescidos de entrevistas informais com 02 técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul - IDATERRA/MS (atualmente AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), 01 professor da Escola Municipal local e 01 analista ambiental do IBAMA.

Os questionários foram aplicados em duas etapas, a primeira objetivando extrair dados relativos ao período posterior a 2005, e a segunda objetivando extrair dados relativos ao período anterior à criação do Parque (2000).

Foram entrevistadas as mesmas 15 pessoas em ambas as etapas, ressaltando ainda que, do número total, 4 residiam dentro dos limites do PNSB e 11 no seu entorno imediato (10 km), além de todas serem residentes no P.A. Canaã há pelo menos 5 anos. Esse dado é importante para efeitos de comparação entre o ano 2000 (período anterior à criação do PNSB) e o período em pesquisa (2005). Considerando-se que a população, para efeito de pesquisa, foi classificada em famílias, os questionários foram respondidos pelos indivíduos identificados como “chefes de família” e/ou “proprietários do lote”, configurando-se em 14 homens e apenas 01 mulher.

Com base na revisão bibliográfica foram identificadas as características e os objetivos que serviram de base para a seleção dos indicadores nessa investigação. Os indicadores selecionados para avaliação foram divididos em três dimensões: econômica, social e ambiental, conforme o conceito desenvolvido pela World Commission on Environment Development - WCED (1987). Para a seleção dos indicadores, para a análise proposta, considerando-se as peculiaridades do objeto, partiu-se da construção teórica formulada por Altieri (1989), que propõe fatores ou critérios fundamentais para a sustentabilidade: produtividade, estabilidade e equidade. Acrescentou-se ainda outro fator, a autonomia, proposto por Fernández (1995). Tais critérios, apresentados no Quadro 1, representam condições internas ou de relação com o exterior que podem restringir ou impulsionar os processos de desenvolvimento em direção à sustentabilidade (MOURA, 2002). No referido Quadro também estão detalhados os critérios e itens analisados na pesquisa bem como sua respectiva distribuição entre as dimensões em análise.

3 O PROJETO DE ASSENTAMENTO CANAÃ

Localizado no município de Bodoquena (MS), o Projeto de Assentamento Canaã (P.A. Canaã) teve início a partir de ocupações da área ocorridas em 1981 e 1982, por famílias de agricultores sem terra, gerando conflito pela posse da terra. Com a decisão judicial em outubro de 1983, ordenando o despejo das famílias de posseiros, o TERRASUL e o INCRA, promoveram negociações junto aos proprietários visando uma solução para o caso, que resultou na celebração de protocolo de intenções firmado pelo TERRASUL, INCRA, FETAGRI e proprietários, para uma permuta da área por outra de mesmo tamanho no município de Camapuã-MS (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MATO GROSSO DO SUL - IDATERRA, 2001).

QUADRO 1 – Fatores de análise

	DIMENSÃO ECONÔMICA	DIMENSÃO AMBIENTAL	DIMENSÃO SOCIAL
I N D I C E S	<p>Critério Produtividade</p> <p>a) Características da produção:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Produção; Atividade agrícola e pecuária. ⇒ Áreas (utilização das terras) 	<p>Critério Equidade</p> <p>b) Conhecimento sobre o Parque Nacional da Serra da Bodoquena;</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Sabe da existência do Parque; ⇒ Tem áreas dentro do PNSB; ⇒ Proximidade com o PNSB; ⇒ Mudanças com a criação do PNSB; ⇒ Conhecimento sobre a regulação dos Parques; ⇒ Posição em relação ao Parque: A favor/contra 	<p>Critério Autonomia</p> <p>b) Participação institucional;</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Participação em cooperativa; ⇒ Participação em sindicato; ⇒ Participação na associação;
	<p>Critério Estabilidade</p> <p>c) Comportamento de produção: Razão das escolhas das atuais atividades de produção;</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Razões da escolha das técnicas de produção; ⇒ Tendência de modificação do atual sistema de produção; ⇒ Propensão à produção agroecológica 	<p>Critério Estabilidade</p> <p>c) Comportamento de Preservação da ambiental;</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Uso de Agrotóxicos; ⇒ Uso do fogo; ⇒ Erosão; ⇒ Destino do lixo doméstico; ⇒ Desmatamento/Matas 	

Fonte: Elaborado pelos autores

O Assentamento Canaã possui uma área de 4.491.2385 hectares divididos em 235 lotes úteis, 14 lotes comunitários, totalizando 249 lotes, sendo que até setembro de 2005 havia 178 famílias assentadas, que receberam no dia 24 de setembro de 2002, os títulos definitivos dos lotes. A área, apesar de estar localizada em uma região rochosa da Serra da Bodoquena, tem bom índice de fertilidade. Em relação às atividades agropecuárias, os assentados plantam para subsistência as culturas de arroz, mandioca, milho, feijão e criam rebanho bovino essencialmente para produção de leite, que é destinado ao mercado local (IDATERRA, 2001). Há também atividades turísticas no local, ainda incipientes, tal como pode ser constatado pela

recente mobilização dos assentados da Linha do Rio Salobra na criação de uma Associação de Moradores da Linha do Rio Salobra, visando organização para o recebimento de turistas.

Quatro linhas de acesso (estradas abertas seguindo o leito dos rios) dividem o assentamento, Linha do Palhadão, Linha do Córrego Seco, Linha do Córrego Azul e Linha do Salobra, sendo essa última considerada a linha de maior potencial turístico pela presença da Cascata Veu de Noiva, sob a face da formação rochosa chamada “Boca da Onça”. Na Figura 1, apresenta-se a localização do assentamento em relação ao PNSB e ao município de Bodoquena.

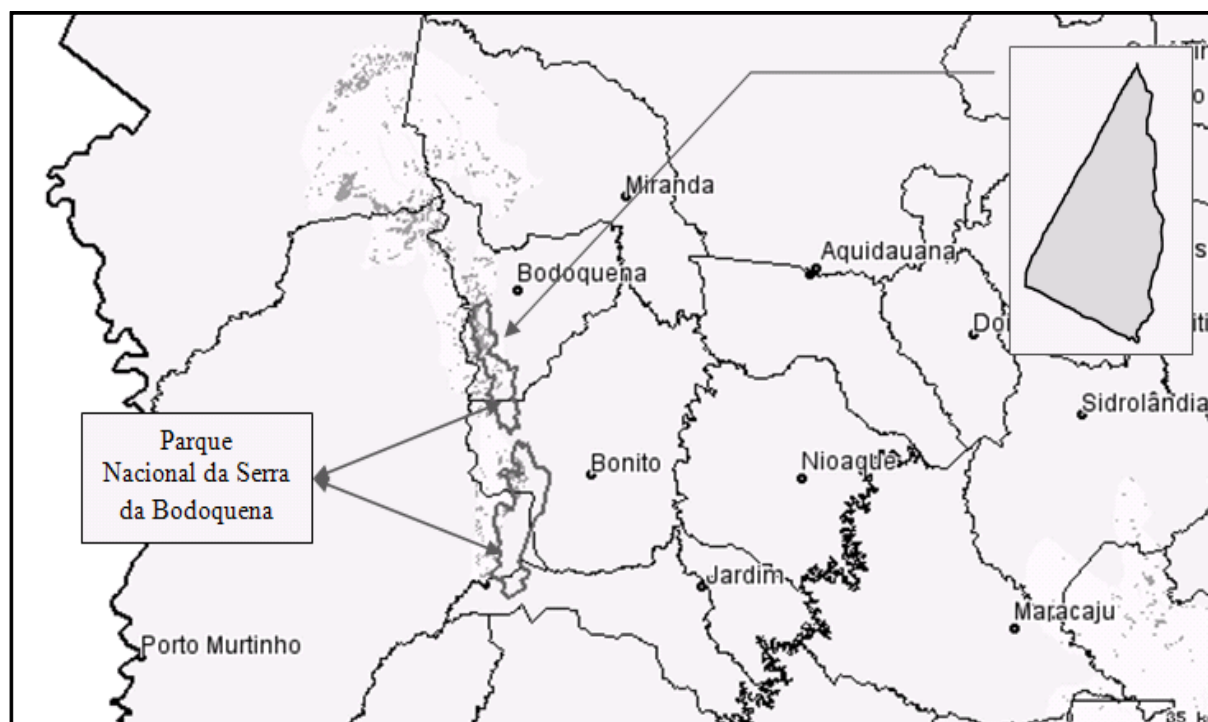


FIGURA 1 – Localização do P.A. Canaã

Fonte: IDATERRA (2001)

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 As Dimensões da Sustentabilidade

Após a Conferência de Estocolmo (1972), realizada entre 5 e 16 de junho de 1972 com o objetivo de promover uma discussão internacional sobre assuntos econômicos, sociais, políticos e ambientais, o desenvolvimento e o meio ambiente passam a ser vistos pela sociedade como compatíveis em seus objetivos. Dessa forma, o desenvolvimento econômico desde que sustentável, torna-se reconhecidamente fundamental no desenvolvimento socioambiental de uma nação (MCCORMICK, 1992).

O balanço entre estas diversas dimensões e aspectos que compõem as bases para uma ação governamental coerente pode resumir o desenvolvimento sustentável em três objetivos fundamentais: 1) Econômico: produção de bens e serviços; 2) Ambiental: conservação e prudente gerenciamento dos recursos naturais; 3) Social: a manutenção e melhoria da qualidade de vida (KUMAR; MURK, 1992; MCCORMICK, 1992). A criação de um futuro sustentável envolve uma mudança fundamental no balanço dessas diferentes necessidades, valores e na

adoção de um novo paradigma operacional, baseado na saúde e nas relações sustentáveis homem-planeta. O resultado então será o “desenvolvimento sustentável” como riqueza comum de valores.

Segundo Sepúlveda e Edwards (1997), o tratamento multidimensional da sustentabilidade é apenas o reflexo da complexa realidade do sistema e de cada um dos componentes que se pretende trabalhar. Entretanto, os autores reconhecem que cada dimensão tem características próprias e que cada uma delas está condicionada e condiciona as outras dimensões. Apesar disso, as dimensões são apresentadas de forma separada, com fins didáticos, para facilitar o entendimento. Outro aspecto importante é o de que as inter-relações entre as variáveis de diferentes dimensões podem ser tão importantes quanto as variáveis de uma dimensão isolada (CARMO, 2003).

A nova perspectiva da sustentabilidade, no âmbito da agricultura, requer também uma nova forma de gestão de uso da terra. O velho olhar, que se restringe apenas a uma unidade de produção, isolada do ecossistema e da microbacia na qual está inserida, não é

capaz de dar conta da construção de estratégias que conduzam os sistemas de produção agrícola à sustentabilidade. Assim também como não é possível pensar ou planejar “de fora” projetos ou programas de desenvolvimento rural local, deixando de partir das realidades sociopolíticas e culturais dos agricultores que ali vivem e produzem (CARMO, 2003).

Na construção teórica, para a seleção dos indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção, formulada por Altieri (1989), evidenciam-se três fatores ou critérios fundamentais para a sustentabilidade: produtividade, estabilidade e equidade. Acrescentou-se posteriormente outro fator, a autonomia, proposto por Fernández (1995), na avaliação de sustentabilidade. Esses critérios representam condições internas ou de relação com o exterior que podem restringir ou impulsionar os processos de desenvolvimento em direção à sustentabilidade (MOURA, 2002):

a) Produtividade – é o resultado do produto valorizado em relação ao ingresso de recursos. Quando se está avaliando a viabilidade dos agroecossistemas convencionais é evidente que, se historicamente, a introdução de novas tecnologias tem incrementado significativamente a produtividade em curto prazo, também tem reduzido em igual ou maior medida a estabilidade, a equidade e a sustentabilidade em longo prazo, de todo agroecossistema.

b) Estabilidade – é a constância de produtividade diante de forças perturbadoras que surgem das flutuações e dos ciclos normais no ambiente circundante.

c) Equidade – é o grau de igualdade de distribuição da produtividade do sistema agrícola entre os beneficiários humanos.

d) Autonomia – permite o conhecimento do nível de controle interno sobre o funcionamento dos agroecossistemas. A autonomia está relacionada ao grau de integração do agroecossistema, refletido no fluxo de materiais, energia e informação entre suas partes constituintes e entre o sistema e o ambiente externo, e com o grau de controle sobre esses fluxos. A autonomia é avaliada na medida em que o agroecossistema possui a capacidade interna para administrar os fluxos necessários à manutenção da produção ou da demanda de recursos externos para manter a produção.

4.2 População Tradicional e Unidades de Conservação

Segundo Câmara (1993), não existe definição de população tradicional, porém pode-se reconhecer que uma população indígena ou um núcleo caiçara realmente

isolado são tradicionais. Mas, normalmente, tais populações sofrem interferências externas e deixam de ser tradicionais dificultando o trabalho de reconhecer nelas certos direitos. Para Diegues (1990 apud CAMPANILI, 2008, p. 1), “É injusto e antiético retirar as populações tradicionais de seu local de residência. Além disso, é burrice, porque elas garantem a diversidade e a população não cresce, pois a tendência de migrar para as cidades continua”. Para o autor, a presença da população indígena foi essencial na manutenção da Amazônia e da Mata Atlântica. Diegues reafirma ainda que, até meados dos anos 80, o movimento ambientalista ignorava as populações tradicionais, embora 84% dos parques e áreas protegidas da América Latina tenham população moradora. Segundo o autor, tal modelo configura-se em um conceito de unidade de conservação importado dos Estados Unidos, que não deve ser aplicado ou transferido para países do terceiro mundo.

Objetivando atribuir direitos e políticas públicas específicas para os povos e comunidades tradicionais, institui-se por meio do Decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT”, a qual no art. 3º, I, compreende como povos e comunidades tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Ao tratar da ocupação e uso de territórios tradicionais, o Decreto também apresenta no art. 3º, II, seu entendimento normativo de “territórios tradicionais” como sendo “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”, observando-se neste inciso os direitos dos povos indígenas e quilombolas, conforme art. 231 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O Decreto ainda, em seus princípios elencados no anexo, declara que as ações da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada e sistemática, observando-se aspectos como o reconhecimento, valorização e respeito

à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, cidadania, segurança alimentar, acesso à informações em linguagem acessível, garantia de seus modos de vida e tradições, pluralidade socioambiental, econômica e cultural, transversalidade das ações, reconhecimento de direitos, políticas públicas articuladas, promoção da participação social, erradicação da discriminação e preservação dos direitos culturais.

A relação entre população e conservação da natureza tem sido marcada por problemas de diversas ordens e magnitudes (BRITO, 2003). O conflito em geral origina-se da ideia da existência de oposição entre homem e natureza (VIANNA; ADAMS; DIEGUES, 1994), baseando-se no princípio de que o predomínio do homem sobre o mundo natural e vegetal foi pré-condição básica da história humana (THOMAS, 1993). Essa visão antropocêntrica² predominava entre filósofos e teólogos ingleses no início da era moderna, em que se definia a condição especial e superior do homem e justificava-se seu domínio sobre todas as criaturas. Somente nos séculos XVII e XVIII, quando os naturalistas começaram a estudar a natureza em si e não mais em termos de suas analogias com o homem, que a visão antropocêntrica foi rebatida (BRITO, 2003).

As populações tradicionais no Brasil têm sido historicamente tratadas sem distinção e quase sempre consideradas empecilhos aos objetivos de conservação da natureza (VIANNA; ADAMS; DIEGUES, 1994). Sob as alcunhas de “posseiras” e “degradadoras”, as populações habitantes no interior de unidades de conservação, são retiradas do limite das mesmas visando adequação dos objetivos da unidade de conservação aos conceitos estabelecidos, não procurando adequá-los à realidade vigente nas áreas delimitadas (DIEGUES, 1994). Mesmo o conceito americano, modelo adotado no Brasil, já passa por reformulações propostas pela UICN, o que, no entanto, ainda não se reflete nos países em desenvolvimento (BRITO, 2003).

A preservação da biodiversidade provavelmente vai além da discussão sobre a permanência ou não de populações tradicionais no interior das unidades de conservação. A ação do homem, mesmo havendo estudos que comprovem o benefício dos arranjos de espécies vegetais (DIEGUES, 1994), pode variar em diferentes graus de harmonia, e no Brasil, a síntese mais próxima traduz-se

nas relações das populações indígenas com a natureza (BRITO, 2003). Segundo Brito (2003, p. 108), “essa discussão será mais promissora se buscar alcançar maior comprometimento dessas populações em relação às unidades de maneira recíproca, garantindo que as unidades levem benefícios concretos para essas populações”.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Dimensão Econômica

Na composição média dos lotes analisados nesta pesquisa destaca-se a importante quantidade de áreas destinadas à bovinocultura no Assentamento Canaã. Conforme os dados, o lote médio atual apresenta 36,45 hectares de área, destes sendo destinados 16,73 hectares para a bovinocultura (Leiteira e de corte). Pode-se observar, conforme Figura 2, que apenas 3% (1,17 hectares) do total das áreas dos lotes analisados (situação em 2005) são dedicados à agricultura, ou seja, configuram-se em uma atividade de subsistência para as famílias residentes. Quando se compara ao período anterior à criação do PNSB, percebe-se claramente uma diminuição das áreas agrícolas plantadas que representavam 8% do lote médio contra 3% atuais, também sendo perceptível um maior índice de preservação das matas do lote, que passaram de 35% de preservação para 40% do lote médio atual. A bovinocultura manteve-se praticamente estável, apenas variando de 49% para 46% no atual período, porém também foi sentido um pequeno reflexo ante a criação do PNSB.

O turismo destaca-se por aparecer atualmente como a segunda atividade mais praticada, com 33% dos assentados declarando desempenhar a atividade no lote, ou seja, cinco anos após a criação do PNSB, a atividade, que não era praticada por nenhum dos entrevistados, cresceu rapidamente e tornou-se uma representativa alternativa de renda para os assentados. Das atividades executadas nos lotes declaradas pelas famílias, a bovinocultura (corte e leite) é citada por 93% dos entrevistados, tendo ampla distância das outras atividades. Entretanto verifica-se uma pequena queda desse percentual quando se compara com o período anterior à criação do PNSB, onde a atividade era praticada por 100% dos entrevistados. Outra atividade que desponta como uma recente opção de renda é a ovinocultura, já sendo citada por 7% pelos entrevistados, sendo que em respostas espontâneas dos assentados pode-se identificar a intenção de iniciar tal atividade. Na Figura 3, apresenta-se um comparativo entre as atuais e antigas atividades (até 2000 e em 2005), desenvolvidas pelos assentados nos lotes do P.A. Canaã:

²A natureza constitui-se numa reserva de recursos a serem explorados pelo homem (DIEGUES, 1994).

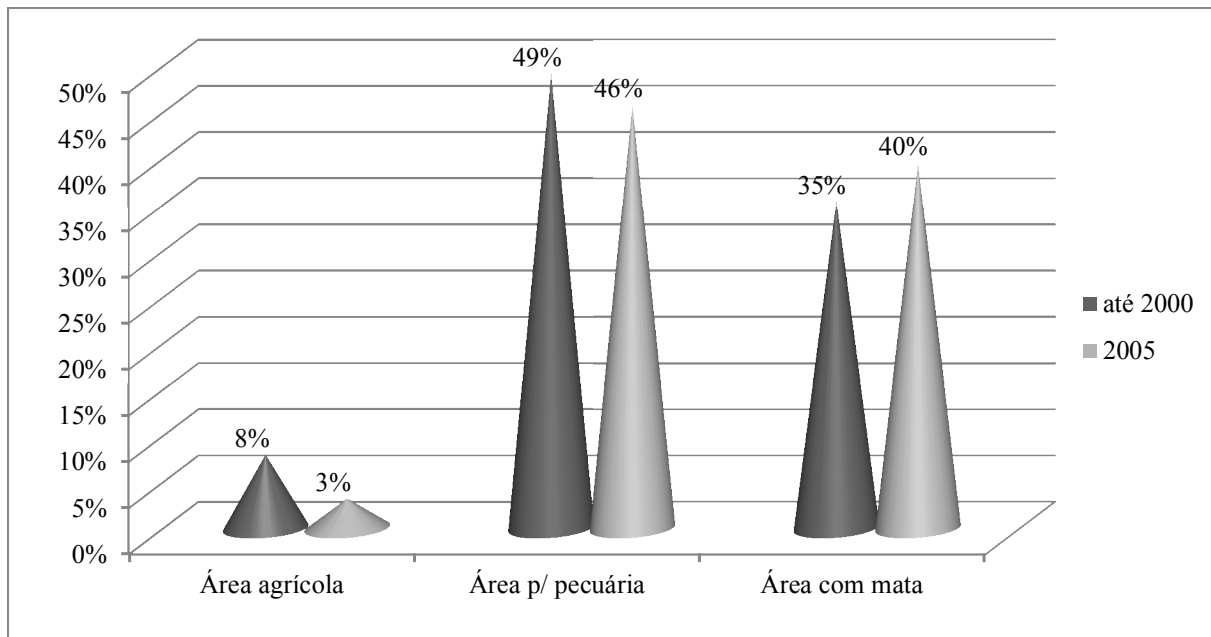


FIGURA 2 – Utilização da área total dos lotes, nos anos 2000 e 2005

Fonte: elaborado pelos autores

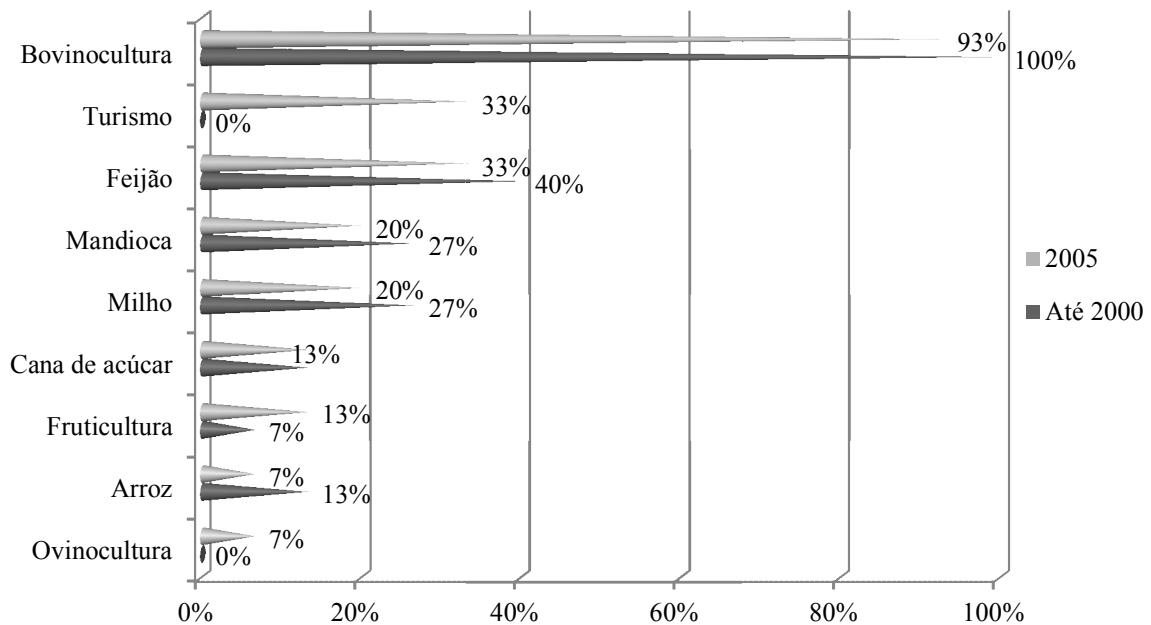


FIGURA 3 – Atividades desenvolvidas nos lotes pelos assentados nos anos 2000 e 2005

Fonte: elaborado pelos autores

A pesquisa constatou que apenas 13% (em ambos os períodos, 2000 e 2005) dos entrevistados declararam produzir conforme orientação técnica, o que pode configurar-se, inicialmente, em um ponto positivo para a dimensão

ambiental, ainda que nem sempre as técnicas tradicionalmente praticadas permitam a proteção dos recursos naturais, assim como as orientações técnicas também podem comprometer os aspectos ambientais. Ambas as aplicações também têm reflexo na dimensão econômica, com técnicas tradicionais respeitando os vínculos com a natureza e com uma orientação técnica especializada que pode oferecer ferramentas que aumentem a produtividade, desde que se adequem às especificidades de proteção e conservação naturais da região. Conforme demonstra-se pela Figura 4, o conhecimento tradicional, passado de geração em geração e relativo ao cultivo e manejo leiteiro ou para corte, ainda está muito arraigado na comunidade, porém houve queda do percentual de uso de técnicas baseadas nos hábitos tradicionais, de 67% em 2000 para 47% em 2005.

5.2 Dimensão Ambiental

A análise do comportamento de preservação e conservação ambiental trouxe um confronto entre “pretensões” e “ações”. Se a tendência, segundo a pesquisa, é que todos aparentemente estão preocupados em proteger a natureza e pensam de alguma forma proteger e conservar os recursos disponíveis, percebe-se já no primeiro questionamento desse item que, 33% das famílias ainda utilizam algum tipo de agrotóxico em suas atividades agrícolas ainda remanescentes, percentual que já atingiu cerca de 80% no período anterior ao ano de 2000.

Constata-se também uma diminuição substancial dos que ainda utilizam o fogo em suas atividades, apenas 20% declarando que “às vezes” utilizam tal prática, sendo que até o ano de 2000 esse percentual era de 47%, agravado ainda pelo uso frequente do fogo, declarado por 27% dos entrevistados. Já em relação à erosão, são identificados poucos focos, muito em função da tipologia do solo, caracterizado por contínuas extensões de rocha. É perceptível, em pontos isolados, tal como no lote n.º 34, acentuada erosão na área, mas que não chega a tornar-se um problema de iminente preocupação.

Analisando-se o destino do lixo doméstico, também é possível observar que 33% dos entrevistados disseram jogar o lixo (orgânico e inorgânico) doméstico no mato (2000), sendo que 27% (2005) ainda continuam com essa prática. Trata-se de uma prática que, quando relativo ao lixo orgânico, apresenta seus benefícios de absorção e poder de regeneração da natureza, porém com danos e poluição quando inorgânicos, que são de difícil absorção, tais como plásticos, pilhas ou mesmo recipientes tóxicos. Constata-se que o ato de não jogar o lixo doméstico no mato deve-se mais à fiscalização do que propriamente à percepção do dano ambiental. Especificamente em relação ao lixo inorgânico, sendo também um fator ligado aos hábitos tradicionais, ainda não devidamente acompanhados e adaptados por falta de orientação técnica ou educacional.

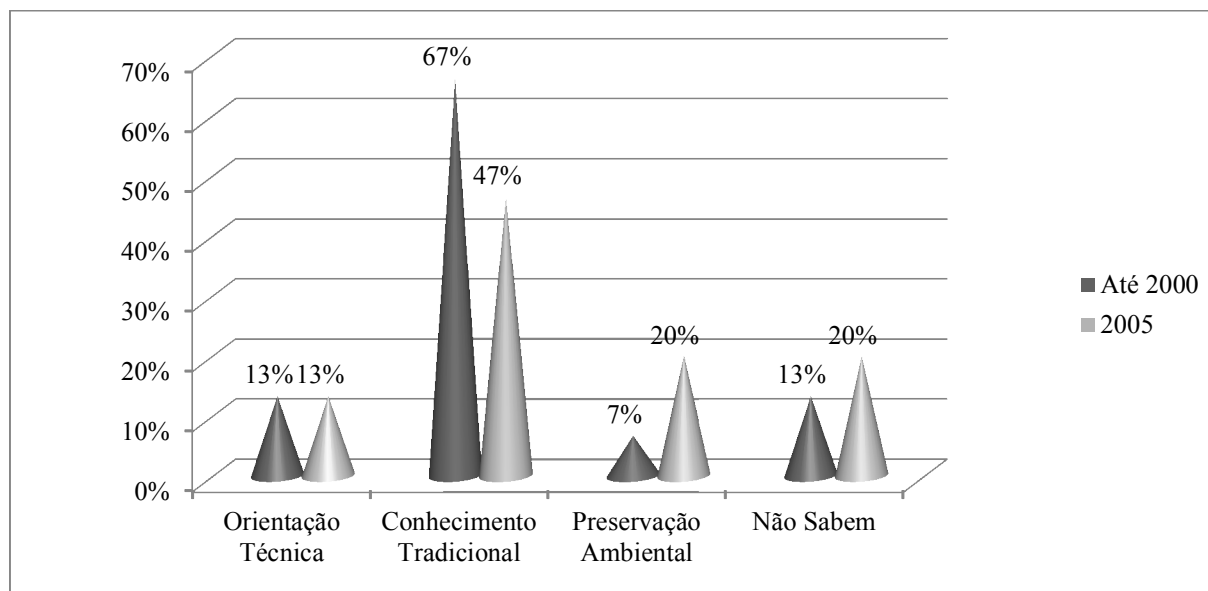


FIGURA 4 – Motivação das escolhas das técnicas pelos assentados nos anos 2000 e 2005

Fonte: elaborado pelos autores

Entre diversas posturas, ações e reações em relação ao Parque, preservar ou não preservar, para que e por que preservar, e as contradições evidentes de um grupo em que ainda são utilizadas ações de desmatamento e queimadas e teve suas atividades, pelo menos legalmente, norteadas pela legislação dos Parques Nacionais, a última pergunta deste tópico refere-se a compreender se as famílias são “contra” ou “a favor” do Parque, pretendendo-se analisar a real dimensão do impacto do PNSB sobre as famílias assentadas.

Neste sentido, constatou-se que 87% dos entrevistados são a favor do Parque e outros 13% são contra ou apresentam postura indiferente. O intrigante dado revela que, apesar de 60% dos entrevistados considerarem que o PNSB coloca dificuldades para o desenvolvimento dos trabalhos dentro dos lotes, a maioria esmagadora posiciona-se a favor do Parque, o que reforça o entendimento de que os assentados “percebem” a importância de preservar e conservar a natureza, contanto que, segundo dados desse questionamento, sejam apresentadas novas formas de subsistência econômica para as famílias residentes na região. Dos que se declararam contra ao Parque, a razão principal se refere à rigorosa legislação ambiental estabelecida desde sua criação. Já quem se declara a favor, apresenta a proteção da natureza como principal razão.

Ao mesmo tempo em que o habitante tradicional ainda preserva algumas atividades degradantes, percebe que é fundamental preservar e conservar, para o presente ou para o futuro, os recursos naturais ainda remanescentes, também percebendo que é preciso encontrar alguma alternativa econômica compatível com os objetivos do parque, o que possivelmente será para algumas “Linhas” (rios afluentes), tal como da “Linha do Salobra”, a opção do turismo rural, ou para outras, sem tanta vocação para o turismo, mas com imenso potencial para o desenvolvimento de culturas agroecológicas. Seja qual for o caminho a ser seguido, o fato é que presença do PNSB norteará, a partir de sua completa implantação, as ações e atividades desempenhadas por uma considerável parte das famílias assentadas no P.A. Canaã. As mobilizações sociais poderão ser observadas no tópico seguinte que conta com a análise da participação institucional das famílias, em especial analisando-se o potencial de associativismo para enfrentar os desafios comuns originados em decorrência da implantação do PNSB.

5.3 Dimensão Social

Após o recebimento do título definitivo dos lotes no dia 24 de setembro de 2002, segundo relato dos entrevistados, a Associação dos Agricultores do Projeto

de Assentamento Canaã perdeu sua força, esvaziando-se e não tendo mais representatividade juntos aos órgãos institucionais para fins de obtenção de crédito e outros benefícios para a população local. Neste sentido, a comunidade passou a procurar outras formas de associação e até organizar-se no intuito de criar novas instituições mais fortes e representativas, tal como pode ser observado no exemplo das famílias assentadas ao longo do Rio Salobra, as quais iniciaram o processo de criação de uma associação visando organização para a implantação do turismo rural na região, formalizando assim uma associação com objetivos claros de formação de uma estrutura para a constituição de uma “pequena indústria do turismo”.

A criação da “Associação dos Moradores do Rio Salobra” em agosto de 2005, contando com 40 associados, já é um efeito direto da criação do PNSB, notadamente pelo fluxo considerável de pessoas na região, especialmente na linha do Salobra (margem do rio Salobra que corta o assentamento), que surgem em busca de opções de lazer e contato com a natureza. Nas outras linhas, embora não apresentem o mesmo “apelo turístico”, há opções que variam desde grutas e cavernas ainda não exploradas à apreciação da exótica vegetação existente.

Nota-se, porém, que o índice de participação em associações, conforme a amostragem, não ultrapassa 50%, ou seja, mais da metade dos moradores não estão ligados a nenhuma associação, o que denota baixo grau de envolvimento da comunidade e certa desorganização, colocando as famílias em situação de frágil relação quando da busca de seus direitos. Na Figura 5, apresentam-se os dados relativos à participação em associação, observando-se que 53% declaram não participar de associações, um cenário bem diferente quando comparado ao período até o ano de 2000, quando 93% dos entrevistados participavam da associação local.

5.4 Outras Implicações Detectadas

Nas entrevistas com os assentados e com os técnicos do Idaterra/MS, detectou-se que houve valorização das terras em até 50% (R\$ 3.000,00 para R\$ 4.500,00 em média por hectare), identificados especialmente na linha do Salobra que é considerada a área com maior beleza cênica, sendo que a maioria dos títulos de posse dessa linha já foram vendidos para pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas na implantação do turismo na região. A valorização em si é atribuída à presença do PNSB, que vem despertando interesse de investidores para a aquisição de áreas localizadas no entorno, as quais, notadamente, receberão um fluxo considerável de turistas em decorrência da abertura oficial do Parque.

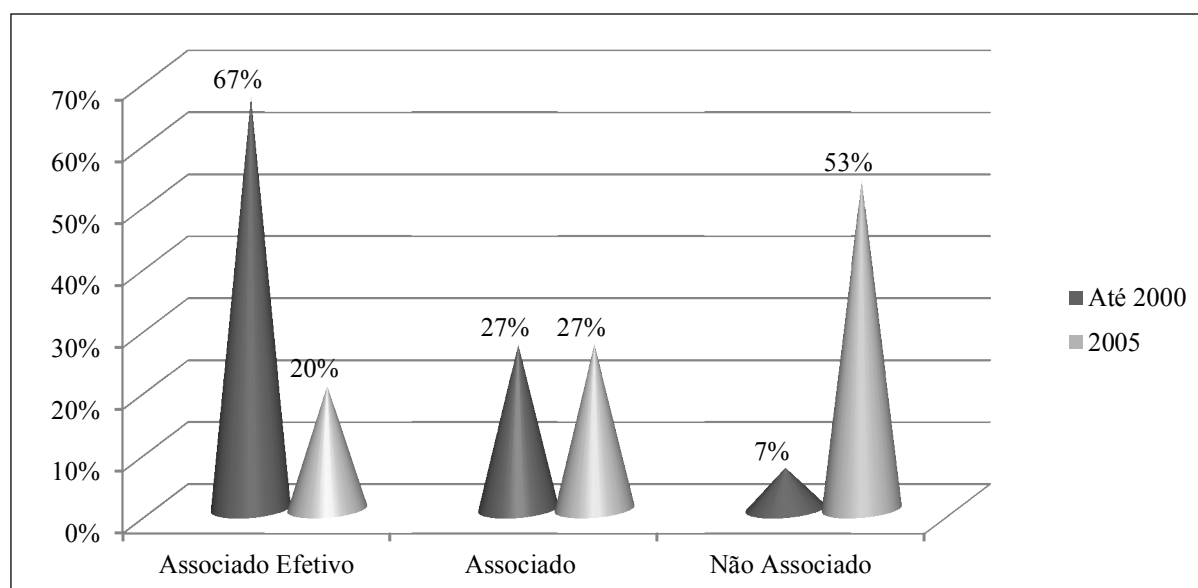


FIGURA 5 – Participação em associação nos anos 2000 e 2005

Fonte: elaborado pelos autores

Através de relatos espontâneos e informais dos assentados pôde ser constatada a fixação do jovem na área rural e até o retorno de outros que já eram residentes nas áreas urbanas, eminentemente em função, segundo relatos que ainda precisam de maior comprovação, das expectativas geradas pela criação do PNSB e seus benefícios relacionados à dimensão econômica. De certa forma é perceptível um determinado fluxo migratório em função da implantação do Parque e sua respectiva abertura para visitas, envolvendo normalmente todos os integrantes das famílias, residentes ou não no assentamento.

Porém, a implicação mais evidentemente comprovada, trata-se das perdas geradas, sejam materiais ou culturais, pelo atual processo de regularização fundiário conduzido pelas instituições governamentais responsáveis. As famílias residentes nos 32 lotes inseridos dentro do PNSB ainda não tinham em 2005 um destino claramente especificado, desconhecendo se haveria transferência para outra área de semelhante valor financeiro, cultural e natural, ou se haveria o pagamento a título de indenização como é o previsto pelo IBAMA. De uma forma ou de outra há sempre perdas para as famílias que, durante longos anos, estruturaram suas unidades produtivas, desde a construção de imóveis para moradia até a formação de áreas para cultivo de subsistência.

5 CONCLUSÕES

Os indícios imediatos identificados sinalizam que a criação de unidades de conservação resulta em implicações sociais, econômicas e ambientais aos assentamentos, demonstrando que, tanto sua criação quanto implantação, estão além de uma postura unicamente normativa e legal, considerando-se que sua efetivação afetará em alguma dimensão a dinâmica do assentamento. No caso específico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e do Projeto de Assentamento Canaã, faz-se necessário, além de coibir a degradação dos recursos naturais, também promover um amplo programa de educação ambiental prevenindo ações depredatórias que possam descaracterizar a beleza cênica da região e esgotar os recursos também necessários à subsistência das famílias residentes.

A partir de 2007, através dos resultados obtidos na pesquisa, o IBAMA e posteriormente o ICMBio, iniciaram o processo de remoção dos 32 assentados ainda residentes dentro Parque, buscando proporcionar indenizações dos lotes a preço de mercado, bem como o oferecimento de novas áreas cultiváveis. Houve também um rápido aquecimento imobiliário nas áreas do entorno do Parque, criando-se uma insipiente indústria ecoturística, alavancada também pelo interesse despertado pela reportagem veiculada pelo Globo Repórter (Rede Globo), no final de 2004.

Espera-se que, pelos indícios das implicações levantadas, surjam futuras pesquisas que aprofundem o estudo da relação PNSB & P.A. Canaã, a fim de que a comunidade de assentados no entorno do Parque também possa auferir, através de atividades sustentáveis, benefícios nas dimensões sociais, ambientais e econômicas, proporcionando um pleno balanço entre necessidades humanas e de preservação e conservação dos recursos naturais.

6 REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas para a agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 433 p.
- BACHA, C. J. C. **As unidades de conservação do Brasil**. São Paulo: ESALQ/USP, 1992.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Decreto Federal nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/erlAe>>. Acesso em: 14 abr. 2007.
- BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.
- CÂMARA, J. B. **Análise da área de proteção ambiental da bacia do rio São Bartolomeu como instrumento de planejamento ambiental**. 1993. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 1993.
- CAMPANILI, M. **População tradicional e unidades de conservação**. Disponível em: <<http://migre.me/erth8>>. Acesso em: 12 maio 2008.
- CARMO, L. E. A. **Impacto de políticas públicas na sustentabilidade socioambiental: o caso do pró-guaíba no município de Segredo, RS**. 2003. 209 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994. 81 p.
- DIEGUES, A. C. S.; NOGARA, P. **O nosso lugar virou um parque: estudo sócio ambiental do Saco de Mamanguá**, Parati, Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/Cemar-USP, 1994. 187 p.
- FERNÁNDEZ, X. S. **A sustentabilidade nos modelos de desenvolvimento rural: uma análise aplicada de agroecossistemas**. 1995. 265 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Vigo, Lagoas-Marcosende, 1995.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto de assentamento Gleba Canaã: reconhecimento do assentamento junto ao INCRA**. Campo Grande, 2001. Processo 21/013.287/2001.
- KUMAR, R.; MURK, B. **Our common ground: managing human planet relationship**. Ontario: J. Wiley, 1992.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224 p.
- MOURA, L. G. V. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo, RS**. 2002. 249 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SEPÚLVEDA, S.; EDWARDS, R. (Org.). **Desarrollo Sostenible: agricultura, recursos naturales y desarrollo rural**. San José: BMZ/GTZ/IICA, 1997. 494 p. (Série Publicaciones Miscelâneas/IICA).
- SILVA, E. **Degradação em áreas de preservação: lago das flores, Ivaiporã, PR**. 2001. 138 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- SILVA, E.; MENEZES, E. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais: 1500 - 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VIANNA, L. P.; ADAMS, C.; DIEGUES, A. S. **Conflitos entre populações humanas em unidades de conservação na mata atlântica**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University, 1987.